PSICOPEDAGOGIA RELACIONADA COM A INCLUSÃO

RENATA RODRIGUES DE LIMA

RESUMO

O papel da psicopedagogia nas instituições de ensino, como sua atuação pode contribuir no domínio das funções de ensinar e aprender e como suas ações interventivas, abordagem sistêmica e estudos epistemológicos podem ajudar o aprendiz a vencer obstáculos que o impedem de progredir intelectualmente. Abordar as características da atuação da psicopedagogia no ambiente escolar e como seu auxílio pode contribuir no desenvolvimento e construção do conhecimento humano. Diferente do que muitos imaginam a psicopedagogia não estão associadas apenas as dificuldades de aprendizado, mas a todo processo de aquisição do conhecimento do ser humano. A psicopedagogia institucional possui caráter preventivo no campo da aprendizagem, atua através de atitudes que promovam apropriação do saber ao sujeito por meio de práticas que facilitem os processos de aprendizagem, além de colaborar nas práxis pedagógicas em sincronismo com os professores.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Ensinar; Aprendizagem; Práticas.

INTRODUÇAO

O atendimento psicopedagógico institucional na escola, geralmente ocorre em grupos, por alunos da mesma faixa etária e tem como meta melhorar o desempenho escolar dos mesmos, visando potencializar suas competências e habilidades por meio de intervenções psicopedagógicos adequadas a estes, entendendo, portanto, que a aprendizagem é um processo contínuo, e esse processo necessitam de profissionais qualificados e um ambiente apropriado e oportuno para que essa aprendizagem ocorra naturalmente.

A intervenção psicopedagógica tem como intenção executar estratégias que facilitem a solucionar os problemas de aprendizagem, seja eles por motivação orgânica ou ambiental e estabelecer conexão a praxe docente, utilizando-se de uma relação interpessoal de maneira transversal, isto é, elaborar um trabalho em conjunto que pressupõe da coparticipação dos profissionais da educação, da família do aluno de forma integradora.

Aprender envolve o interesse, vontade e desejo e o psicopedagogo é aquele profissional que busca o despertar o desejo do saber no sujeito aprendente e para tanto se faz necessário direcionar-se para a singularidade de cada indivíduo, propor desafios capazes de desempenhar a superação das dificuldades que possam interromper o percurso acadêmico dos discentes.

O psicopedagogo deve incentivar o sujeito a obter prazer e curiosidade em aprender e propor um procedimento único para cada caso em especial, de acordo com suas especificidades, uma vez que, cada pessoa aprende de modo diferente e por isto, é imprescindível que haja conteúdos diversificados, atividades individualizadas e variados modelos de aprendizagem para estimular o conhecer em uma parte de estudantes que não aprendem do jeito tradicional.

A PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA

A Psicopedagogia, na instituição escolar tem uma função preventiva, sua ação é interdisciplinar e dedica-se a áreas relacionadas ao planejamento educacional e assessoramento pedagógico, colaboração nos planos educacionais e lúdicos no âmbito dessas organizações, numa modalidade cujo caráter é clínico institucional, através de diagnóstico e propostas operacionais convenientes. Sobre o fazer psicopedagógico institucional, ocorre dentro do estabelecimento de ensino, nas relações estabelecidas entre professor e o aluno, entre o currículo, programas e conteúdo, e com o grupo social escolar. Esta visão propõe o embasamento, no modelo sistemático, onde as relações são de grande importância. (BASSEADAS, 1996).

Para Weiss (1997), o fazer psicopedagógico transforma, podendo se tornar numa ferramenta poderosa para a aprendizagem do aluno, pois amplia e viabiliza os recursos que atendem a necessidade e as características da aprendizagem.

O objeto de estudo da Psicopedagogia institucional é o sujeito em situação de aprendizagem e o processo de ensino-aprendizagem em si. O conhecimento implica no ato de conhecer e de pensar, e se diferencia de acordo com o seu portador. (FERNÁNDEZ, 2001). Segundo Vygotsky, a ato de aprender recebe a influência do ambiente e neste contexto, para a psicopedagogia é primordial valorizar o conhecimento prévio da criança, seus numerosos saberes e favorecer suas múltiplas potencialidades.

A instituição deve, acima de tudo, ensinar o aluno a pensar. É importante considerar que a escola deve valorizar os muitos saberes do aluno, e que seja oportunizado a ele demonstrar suas reais potencialidades. A escola tem valorizado apenas o conhecimento verbal e matemático, deixando de fora tantos conhecimentos importantes para formação pessoal, intelectual e moral do aprendiz (LU-

CKESI, 1994).

A INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

O olhar e a escuta Psicopedagógico deverá ter como objetivo verificar como o aluno está aprendendo e o que possivelmente está dificultando o seu desenvolvimento cognitivo. Para que se possa compreender qual o tipo de problema existente é necessário que o psicopedagogo esteja atento, buscando todas as pistas presumíveis e para tanto, se faz necessário analisar o problema de aprendizagem durante o diagnóstico psicopedagógico e só assim se pode intervir de maneira adequada. Para dar os devidos encaminhamentos, o profissional precisa realizar um estudo aprofundado acerca de todas as informações que o diagnóstico lhe proporcionou. (WEISS, 2003).

Observação: é necessário que haja intervenção conforme as características dos problemas apresentados pelas crianças, respeitando suas individualidades.

É importante que o psicopedagogo atue por meio de um olhar multidisciplinar através de um trabalho com equipes provenientes da educação e da saúde. A possibilidade de ampliar a percepção como outros especialistas, permite uma intervenção mais eficaz. A intervenção psicopedagógica inclui os pais no processo, através de reuniões e trabalhos realizados junto aos professores.

Segundo Bossa (2000), a presença de um psicopedagogo no contexto escolar é fundamental, ou seja, este tem um papel significativo na escola.

O ATENDIMENTO CLÍNICO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

No início, dê a criança apenas o modelo de como se executa. Conversar sempre com a criança sobre o que foi sentido, sobre as suas impressões a respeito dos movimentos executados, sempre que o exercício permitir orientar a criança a fazê-lo de olhos fechados, favorecendo, assim, a interiorização do que foi vivido, exigindo maior atenção e concentração. É importante que quando realizado um exercício, devemos elogiar a todas as crianças igualmente, pois aquelas que não atingiram o objetivo do exercício e que não foram elogiadas podem levá-las a um estado de ansiedade e frustração.

Os conceitos espaciais: direita, esquerda, atrás, na frente, entre, perto, longe, maior, menor são vivenciados através de movimentos específicos. A partir daí, propomos exercícios com maior intensidade. Coloca-se a medição de um raciocínio, de uma reflexão sobre os dados vivenciados no primeiro nível. Dessa forma, permite a criança passar para a etapa de estruturação temporal requerida para o aprendizado da leitura e da escrita.

A Psicomotricidade, composta numa unidade dinâmica entre Educação, Reeducação e Terapia Psicomotora que interatuam de forma integrada ao centro da vida emocional e efetiva do ser humano, fundamenta-se na comunicação global. Procura harmonizar o comportamento humano sob o enfoque do movimento e da linguagem, meios pelos quais as pessoas se comunicam entre si e transformam o mundo que as envolvem.

Como ação educativa a Psicomotricidade, por meio da Educação Psicomotora, é essencialmente plástica e envolvente, sendo considerada por Barros (1992), como “a alma do movimento” aquilo que não se vê não se toca, porém se sente. A educação psicomotora tem por objetivo permitir à criança viver em harmonia com seu corpo, com os outros e com o ambiente envolvente.

A educação psicomotora possibilita uma formação de base indispensável a toda criança, pois assegura o desenvolvimento funcional, tendo em conta possibilidades da criança e ajudar sua afetividade a expandir-se e a equilibrar-se por meio do intercâmbio entre o meio no qual se encontra inserida. A terapia psicomotora refere-se, particularmente, a todos os Casos-problemas em que a dimensão afetiva parece dominante na instalação inicial do transtorno. Pode estar associada à educação psicomotora ou se continuar com ela.

Os transtornos do desenvolvimento psicomotor são muito difíceis de definir. Refletem sempre alterações que afetam vários aspectos do desenvolvimento da criança; daí a importância de intervir o quanto antes, pois o transtorno pode repercutir negativamente em outras áreas, agravando e comprometendo todo o desenvolvimento da criança.

Quando pensamos em uma possibilidade de avaliação psicomotora, temos que ter em mente que não estamos nos referindo a uma forma de classificar a criança, mas sim estamos buscando uma alternativa, uma possibilidade que auxilie a criança, principalmente, aquela no início de sua vida escolar, a conseguir alternativas que colaborem durante esse processo, que permitam que o aprendizado ocorra de forma significativa, mas acima de tudo prazerosa, que o ato de aprender não seja um momento de sacrifício e esforço extremo, mas sim um momento no qual há uma interação e um entendimento acerca do universo que a cerca.

A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nos 9394) - LDB - promulgada em dezembro de 1996, reconhece a necessidade de que a educação promova a integração entre os aspectos físicos, emocionais, cognitivos sociais da criança. No Art. 29 do capítulo sobre Educação Básica, seção II, a educação infantil é vista como "(...) a primeira etapa básica, que tem como finalidade o

desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade".

Os avanços nas teorias do desenvolvimento infantil forneceram uma nova imagem da primeira infância e de suas necessidades, evidenciando os aspectos cognitivos do desenvolvimento, ou seja, estratégias que guiam o desenvolvimento de competências cognitivas e os aspectos relacionais/afetivos que promovem processos perceptivos e de pensamento. Estes estudos revelaram também a relação entre a necessidade da criança em explorar livremente o meio ao seu redor, e a segurança afetiva dada pelo adulto a sua volta.

A socialização, a autonomia e a capacitação de construir o mundo explorando-o são aspectos desta imagem da primeira infância e também objetivos educacionais. Desta forma, existe uma especificidade da educação infantil, na qual há necessidades da criança a serem respeitadas e satisfeitas e competências a serem fornecidas e incentivadas.

Na educação infantil, as estratégias que orientam a ação do adulto devem promover e facilitar as experiências da criança, procurando aprofundar e articular suas atividades produtivas como, por exemplo, o rabisco, as histórias construídas livremente, as atividades motoras, identificando situações inéditas que possam incentivá-la a explorar e a transformar seu ambiente.

A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nos 9394) - LDB - promulgada em dezembro de 1996, reconhece a necessidade de que a educação promova a integração entre os aspectos físicos, emocionais, cognitivos sociais da criança. No Art. 29 do capítulo sobre Educação Básica, seção II, a educação infantil é vista como "(...) a primeira etapa básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade".

Os avanços nas teorias do desenvolvimento infantil forneceram uma nova imagem da primeira infância e de suas necessidades, evidenciando os aspectos cognitivos do desenvolvimento, ou seja, estratégias que guiam o desenvolvimento de competências cognitivas e os aspectos relacionais e afetivos que promovem processos perceptivos e de pensamento. Estes estudos revelaram também a relação entre a necessidade da criança em explorar livremente o meio ao seu redor, e a segurança afetiva dada pelo adulto a sua volta.

A socialização, a autonomia e a capacitação de construir o mundo explorando-o são aspectos desta imagem da primeira infância e também objetivos educacionais. Desta forma, existe uma especificidade da educação infantil, na qual há necessidades da criança a serem respeitadas e satisfeitas e competências a serem fornecidas e incentivadas. Para falar de políticas de inclusão social, é necessário definir o que o Poder Público chama de políticas de inclusão, tais iniciativas em geral destinam-se a pessoas que por alguma razão social, física ou limitação psíquica estão à margem da sociedade. Nesse sentido, o Poder Público, leia-se Estado nas suas diferentes esferas: Federal, Estadual ou Municipal, tem como direcionamento administrativo, via legislação (Constituição Federal), estratégias para elaborar e implantar políticas de inclusão social. Exemplo: no caso das pessoas portadoras de alguma deficiência existem acordos nacionais e internacionais que mostram diretrizes para a inclusão de pessoas com limitações físicas. Assim, observamos a construção de calçadas com rebaixamento para facilitar a mobilidade dessas pessoas nas vias públicas e nas escolas, claro que ainda lentamente. Falaremos do caso da deficiência visual, pequenas mudanças nos semáforos das grandes cidades com sonorização para que as pessoas com alguma dificuldade de visual ou com o total comprometimento possam locomover-se pela cidade com mais tranquilidade.

Claro que quando falamos de inclusão social, não estamos exclusivamente falando de pessoas com alguma deficiência, mas de uma maneira mais ampla são todas as pessoas que estão excluídas do sistema social comum.

A política de inclusão de alguma maneira potencializa ações para que essas pessoas vivam o mais próximo possível de uma pessoa que não tem nenhuma restrição, ou pelo menos na teoria deveria ser assim. Sabemos que ainda temos grandes hiatos nesse quesito, contudo, o Brasil ratificou muitos acordos internacionais favoráveis à inclusão social e um primeiro passo foi dado.

Devemos ter a clareza e esclarecer às famílias mais vulneráveis e à sociedade de maneira geral, que é preciso participar da efetivação de políticas públicas, não somente a determinados segmentos excluídos da sociedade, mas a todo e qualquer cidadão, a isso damos o nome de empoderamento, que é o uso do poder do indivíduo para fazer escolhas, assumir o controle de sua vida e tomar suas próprias decisões.

A inclusão social é o conjunto de medidas e ações que fazem parte do direcionamento da sociedade e das autoridades legalmente constituídas, tais medidas visam combater a exclusão nas áreas da educação, do trabalho, da mobilidade urbana, entre outras. Ela ainda tem como norte a promoção do acesso a bens e serviços de toda ordem dentro da sociedade. Infelizmente, no Brasil temos poucas experiências positivas no quesito inclusão, mas como pontuamos, estamos caminhando lentamente para se chegar

a essa conquista.

Temos inúmeros exemplos de inclusão social na escola. Hoje, crianças com alguma síndrome ou mobilidade reduzida têm que frequentar a escola comum, ou seja, esse processo avançou, pois há pouco tempo os pais eram obrigados a recorrer a escolas especiais para que os filhos com alguma limitação pudessem estudar.

A possibilidade de a criança frequentar a mesma escola amplia o leque de atuação tanto dos professores, que podem trabalhar na sala de aula as diferenças que cada pessoa tem e, portanto, não existem melhores nem piores e também dos alunos, que aprendem a conviver com pessoas que podem somar dentro das suas possibilidades.

Em certa medida, essas pessoas e suas famílias sofrem, não somente pela restrição a que os seus familiares são expostos na vida cotidiana, mas de experimentarem as dificuldades em viver no limite do direito e da perspectiva de um dia serem efetivamente incluídas.

Como bem relata Sawaia (2006):

Quando falamos de sofrimento, estamos nos referindo a um específico, ao sofrimento ético-político, que é a dor (físico-emocional) evitável do ponto de vista social, pois é infringida pelas leis racionais da sociedade a sujeitos que ocupam determinadas posições sociais. Falamos do sofrimento que a sociedade impõe a alguns de seus membros, da ordem da injustiça, do preconceito e da falta de dignidade (SAWAIA, 2006, p.45).

A Declaração de Salamanca na Espanha 07 e 10 de julho de 1994, o mesmo trata de questões que possa melhorar a políticas e práticas relacionadas ao movimento de inclusão social. Segundo a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994):

O termo necessidades educacional refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneiras de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (Brasil, 1994, p. 17-18)

Os princípios da Convenção de Guatemala reafirmam a Declaração dos Direitos Humanos de 1984, agora dirigida à população específica das pessoas com deficiência enfatiza: o respeito incondicional a dignidade e a singularidade; a independência e autonomia para a plena participação na vida comunitária; a não discriminação e a plena inclusão social com respeito as diferenças, a igualdade de oportunidades incluindo igualdade entre gêneros, e o respeito pelas capacidades em desenvolvimento das crianças, adolescentes e adultos com deficiência.

Segundo a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, e as obrigações geradas para cada País signatário da Convenção, ressalta a qualidade do conjunto de normas e legislação vigente no Brasil, nos colocando dentro de 1/3 dos países membros da ONU que possui legislação específica para as pessoas com deficiência.

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência:

a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Segundo Sassaki, a inclusão social é o “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. (1999, p.41).

Esse processo inclusivo só é possível quando a sociedade tem um olhar diferenciado que visa não apenas seus próprios interesses, mas que se preocupa com o outro acolhem e contribuem para que se concretize o direito de aprender, ir e vir num Estado que é livre.

“Uma das grandes contribuições da educação inclusiva é desenvolver nas pessoas a capacidade de conviver com as diferenças de forma natural, levando as pessoas com deficiência ou não a uma vida autônoma e plena uma vez que os direitos e os deveres são para todos os cidadãos” (ORTEGA E TOREZANI 2012, p.12)

Um ambiente escolar diversificado é um lugar onde promove desde cedo desenvolvimento acadêmico e social.

Logo nos primeiros momentos de vida acadêmica as crianças aprenderão a lidar com as diferenças e contribuirão para que a inclusão aconteça de fato. Já os alunos que possuem necessidades especiais estarão se preparando para assumir as responsabilidades que a vida futura traz.

Todos os que são discriminados por suas deficiências devem ter o pleno conhecimento de seus direitos quanto à inclusão na sociedade. O princípio da equidade deve ser o principal meio para promover a inclusão social e escolar em nossa sociedade.

Uma educação escolar inclusiva deve oferecer condições favoráveis para a educação de todas as crianças, as ditas "normais" ou não. Oferecer uma educação de qualidade e que trabalhe com a diferença, isso tem que ser o objetivo da escola. Mostrando-os que eles podem ser diferentes como são, mas que não precisam se sentir angustiados ou tristes e se isolarem por serem diferentes.

A preparação da comunidade escolar é um fator primordial para lidarem com essa realidade, pois sem os profissionais competentes não haverá inclusão como está na legislação.

O profissional de educação é o responsável pela integração e inclusão desses alunos em sala de aula e principalmente o professor, pois este é o facilitador do ensino e facilitador do conhecimento.

Segundo Santos:

O professor especializado deve ter ou uma formação em nível de graduação no campo da educação especial, associada à formação de docentes para a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. Ou complementação de estudos em área específica da educação especial em nível de pós-graduação, a partir da licenciatura em uma das diversas áreas que integram o currículo da educação básica. (Santos, 2009)

A legislação prevê também que sejam dadas oportunidades aos professores em serviço para se especializarem em educação especial. Assim, de acordo com a legislação, o professor do ensino regular deve estar capacitado para lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais, o que fará auxiliado por especialistas que lhe darão o suporte para realização de suas atividades. (2009, p. 5)

A adaptação curricular também é de extrema importância para a inclusão desses alunos. Um currículo que seja diversificado, que trabalhe a heterogeneidade e que a qualquer momento possa sofrer algum tipo de modificação ou adaptação é importantíssimo para esse processo. Para Coll, 1986, o currículo consiste na execução de projetos que determinam os objetos da educação escolar e com isso há uma vinculação com o projeto pedagógico. A elaboração curricular é a explicação do projeto que preside e guia as atividades educacionais escolares, precisando as intenções que se encontram em sua origem e proporcionando orientações sobre o plano de ação, para levá-las a cabo. Com este propósito, a elaboração inclui informações sobre o que, quando e como ensinar e avaliar. (COLL, 1986, p.24)

Pensar em todos esses fatores faz com que a inclusão seja mais significativa e eficiente, levando em conta que esse trabalho tem que ser exercido em conjunto. Estado, sociedade, escola e família devem se entrelaçar para que as crianças deficientes sejam aceitas como elas são com suas dificuldades e principalmente suas capacidades e habilidades. Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estarem na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel. Para tanto, não basta o aumento das matrículas em escolas comuns e em classes especiais, pois mesmo sendo satisfatórios os dados quantitativos, eles não substituem o atendimento especializado a esses alunos.

O processo de inclusão de forma efetiva exige do educador mais do que uma formação, exige dele habilidades e competências que possibilitam aos seus alunos suporte para que possam se desenvolver esse profissional deve ser paciente, tolerante e flexível; qualidades essas que trabalhadas em conjunto com os demais profissionais o ajude a superar as dificuldades e necessidades que ocorrem no cotidiano do ambiente escolar inclusivo, pois nem sempre o educador recebe o suporte necessário para enfrentar tais dificuldades, sendo assim deve-se ele recorrer a sua criatividade para que o processo educativo seja o mais propício possível para que a inclusão e integração aconteçam, a não preparação e capacitação desse profissional pode trazer atrasos e danos irreversíveis a inclusão do aluno.

Podemos dizer que a inclusão educacional se faz necessária, em função de uma histórica tendência para a exclusão dos sistemas educacionais, que está relacionada com a maneira como a escola foi criada, sempre colocando à margem de seus processos, pessoas que não se enquadravam em seus requisitos. A repetência, suspensão e expulsão escolar são exemplos contundentes dessa firmação. Ao mesmo tempo, incumbiu-se de separar os sujeitos - tornando aqueles que nela entravam diferentes dos outros que a ela não tinham acesso.·.

Assim é que a escola e a sociedade se fazem diferentes para os ricos e os pobres, de acordo com os interesses implícitos em cada

contexto. Por isso, como aponta Glat (2000), a escola pública, que foi criada como veículo de inclusão e de ascensão social, vem sendo em nosso País, inexoravelmente, um espaço de exclusão – não só das pessoas com NEE, mas de todos aqueles que não se enquadram no padrão imaginário de aluno normal. Outro aspecto importante a ser mencionado em relação à escola é que, ao ingressarem, muitas crianças encontram uma série de dificuldades para se adaptarem à vida escolar. Essas dificuldades podem desaparecer ou perpetuar-se. Quando elas aumentam em complexidade, acaba impingindo aos alunos que não conseguem vencer os níveis de dificuldades, um "rótulo" depreciativo, um estigma. E estes, uma vez rotulados, acabam sendo discriminados e/ou excluídos.

Como elemento indispensável na formação humana, a família exerce papel de suma importância no desenvolvimento da aprendizagem da criança, pois a família é a primeira a proporcionar experiências educacionais a estas.

A família de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem muitas vezes fecha os olhos para o problema apresentado pelo filho e isso prejudica muito uma possível inicialização de tratamento. É importante que essas famílias conheçam e aceitem seus filhos da forma que eles são tentando ajudá-los sempre no que for possível e não devem fazer exigências acima de suas possibilidades nas áreas que apresentam dificuldade.

A escola é o espaço primordial para se oportunizar a integração e melhor convivência entre os alunos, os professores e possibilita o acesso aos bens culturais. Portanto é preciso que a escola busque trabalhar de forma democrática, oferecendo oportunidades de uma vida melhor para todos independentes de condições sociais, econômicas, etc. Todos os alunos têm o direito de estarem na escola aprendendo e participando, sem serem discriminados ou terem que enfrentar algum tipo de preconceito por motivo algum.

No caso da educação inclusiva, é reconhecida como uma ação política, cultural, social e pedagógica a favor do direito de todos a uma educação de qualidade e de um sistema educacional organizado e inclusivo. A escola cabe à responsabilidade em atender as diferenças, considerando que para que haja qualidade na educação é necessário assegurar uma educação que se preocupe em atender a diversidade.

As famílias devem ser um verdadeiro apoio emocional para a criança com dificuldades de aprendizagem. Estas crianças enfrentam frustrações frequentes, sobretudo na escola; a família deve ser um apoio constante que ajude a superar suas necessidades, pois o ambiente familiar é essencial para o desenvolvimento de qualquer criança.

Ainda, os problemas que os pais têm enfrentam para lidar com as dificuldades apresentadas por seus filhos, que torna tudo mais difícil. Um dos grandes problemas encontrados é a falta de preparo, de apoio aos pais de crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem. Pois por muitas vezes estes pais não sabem como agir, e é comum sentirem-se desorientados e fragilizados diante de uma situação que não conseguem avaliar e controlar. Geralmente estes pais tornam-se psicologicamente afetados, estressados e até sentem-se menos ligados a essa criança do que aos outros filhos, e chegam a culpar a si mesmo ou até um ao outro pelo estado daquela criança, aumentando ainda mais os problemas.

A terapia familiar é uma orientação psicológica utilizada com grande êxito, pois ela não envolve somente os pais, mas também as crianças e algumas vezes os outros irmãos, pois a dificuldade de aprendizagem da criança acaba afetando a todos aqueles com quem elas convivem.

Na escola Inclusiva um depende do outro, professores apoiam professores; pais apoiam professores; comunidade apoia professores e seus alunos; alunos apoiam alunos e assim por diante, agindo de maneira a criar um ambiente agradável e propício para todas as crianças. Os pais exercem um papel importante nesse processo, pois se trata de uma imagem de extrema importância para a criança. O bom relacionamento com a escola também é de fundamental importância para o sucesso da inclusão, pois os pais têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho.

A construção de uma escola inclusiva é um desafio, pois requer quebra de paradigmas, enfrentamento do desconhecido, aceitação do não saber, etc. O educador é a peça chave para esse processo, pois exerce um papel fundamental na formação de cidadãos.

Pode-se dizer no sentido da ação que a escola tem se respaldado (estatutos, legislações e convenções) e no que tem efetivado, venha a favorecer a adesão a uma nova forma de educar e pensar; que possa viabilizar a formação de uma comunidade na qual nenhum indivíduo é sobreposto ao outro.

Como afirma Freire (2003, p.22) que: Ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção, podendo, assim, possibilitar a formação da sua cidadania. Ou seja, os conhecimentos e habilidades a serem adquiridos e desenvolvidos na escola pelo aluno serão entendidos como ferramentas de apoio e de complementação para essa formação e conscientização, em vez de serem percebidas como finalidades últimas. Seguramente a escola e seus educadores têm papéis importantes no despontar dessa perspectiva que pretende o reconhecimento e a formação de todos os indivíduos, principalmente

daqueles que até a época atual não tiveram oportunidade de o fazerem.

Então, pensar numa escola para todos, requer compreender o que realmente é currículo, suas implicações para o desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, tudo o que lhe dá consistência significativa enquanto eixo norteador e suporte uma ação pedagógica politizadora e emancipadora.

O professor inclusivo deve estar ciente do seu papel de contribuir para formação de uma nova sociedade, onde não haja nenhum tipo de preconceito e intolerância. E o trabalho com a arte é uma das formas que professor pode explorar o potencial do educando, possibilitando condições favoráveis para construção de sociedade mais justa e igualitária.

O professor inclusivo deve ter a capacidade e habilidade de proporcionar a inclusão e a integração dos seus alunos de forma que possibilite se apropriar e descobrir suas aptidões e particularidades. Entre as principais habilidades que o educador deve possuir para o trabalho com alunos necessidades especiais estão a tolerância, o respeito, paciência, além de ser um profissional ativo, flexível e versátil.

Incluir não é só por todos em situação de igualdade, mas sim dar as mesmas oportunidades e atender suas diferentes necessidades, e esse são exatamente o papel do professor inclusivo atender as necessidades educacionais dos seus alunos, adaptando conteúdos, refletindo práticas estando comprometido com o aprender e desenvolver dos seus alunos.

O professor deve sempre buscar novos conhecimentos e estratégias para ministrar as aulas. Se as autoridades não se preocupam com a situação da maneira que deveriam, os educadores que estão mais próximos dos alunos podem contribuir para o desenvolvimento dessa criança especial.

O homem se define pela capacidade e qualidade das trocas que estabelece e isso não seriam diferentes com os portadores de necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, se torna possível concluir que o educador é capaz de mudar uma história, criar um novo final. Propiciar as crianças especiais uma educação de qualidade e agir de maneira que essas crianças se sintam definitivamente inseridas no meio em que vivem.

CONCLUSÃO

A psicopedagogia surgiu da necessidade de uma melhor compreensão e entendimento do processo de aprendizagem, comprometendo-se assim co a transformação da realidade escolar, possibilitando dinâmica em sala de aula, contemplar e melhorar a interdisciplinaridade, juntamente com outros profissionais da escola.

O psicopedagogo estimula o desenvolvimento de relações interpessoais, o estabelecimento de vínculos, a utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções a respeito desse processo. Procura envolver a equipe escolar, ajudando-a a ampliar o olhar em torno do aluno e os obstáculos que se impõem ao pleno domínio das ferramentas necessárias à leitura do mundo.

Como a psicopedagogia é uma teoria e uma prática que se ocupa da aprendizagem humana em qualquer faixa etária, entendemos que ela pode ajudar os profissionais da educação a perceberem os pais como seres em processo de aprendizagem, assim como seus filhos, cabendo à escola o gerenciamento dessa aprendizagem acerca de como a gerir a vida escolar de seus filhos.

Portanto, o estudo psicopedagógico atinge seus objetivos quando, ampliando a compreensão sobre as características e necessidades de aprendizagem de determinado aluno, abre espaço para que a escola viabilize recursos para atender às necessidades de aprendizagem. Para isso, devem analisar o Projeto Político-Pedagógico, sobretudo quais suas propostas de ensino e o que é valorizado como aprendizagem. Desta forma, o fazer psicopedagógico se transforma podendo se tornar uma ferramenta poderosa no auxílio da aprendizagem.

A escola veio para ocupar uma das mais importantes funções da família, que é a socialização, a escola é o único lugar em que meninos e meninas têm a possibilidade de interagir com iguais e onde se devem submeter continuamente a uma norma de convivência coletiva.

Pensando assim, cabe ao neuropsicopedagogo intervir junto à família das crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem, tomar conhecimento de informações sobre a sua vida orgânica, cognitiva, emocional e social. O que a família pensa, seus anseios, seus objetivos e expectativas com relação ao desenvolvimento de seu filho também são de grande importância para o psicopedagogo chegar a um diagnóstico.

O educador deve promover a aprendizagem significativa, incentivando as habilidades de seus aprendizes e mostrando para cada um deles a sua verdadeira potencialidade. As dificuldades encontradas no percurso servirão para torná-los fortes e capazes de transformar o mundo em que vivem.

Portanto, o profissional da psicopedagogia propõe e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando à descoberta e o desenvolvimento das capacidades da criança, bem